

REVISTA MARACANAN

Artigo

Sob o riso de Mefisto. História Agrária no Brasil: tragédias e esquecimentos

Under Mephisto's laughter. Agrarian History in Brazil: tragedies and forgetfulness

Marcio Antônio Both da Silva*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil

Recebido em: 27 ago. 2019.

Aprovado em: 30 nov. 2019.



A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, por meio da chamada pública n. 13/2018 – Programa de Bolsas de Pós-doutorado.

* Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atuando no curso de graduação e no Programa de Pós-graduação em História. Pesquisador em estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História pela UFF; Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; graduado em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. (marcioboth@gmail.com)
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6613-1335>
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1942184053395437>

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir e apresentar um panorama geral sobre a História Agrária no Brasil. Trata-se de uma área de pesquisas relativamente recente, visto que a produção de análises acadêmicas identificadas com este campo de estudos data do final da década de 1970. Assim, o objetivo principal será realizar um contraponto entre a produção historiográfica, os processos que caracterizam o mundo rural brasileiro e a perspectiva do progresso que, em diferentes etapas históricas, orientou as políticas nacionais voltadas a modernizar o campo e a agricultura. Por sua vez, sem entrar em detalhamentos do conteúdo específico de toda a historiografia identificada com este campo, a intenção geral é produzir uma síntese de temas e conteúdos, bem como levantar alguns questionamentos sobre a realidade atual do universo agrário brasileiro. Portanto, conhecer os avanços e potencialidades dessa historiografia e de alguns dos assuntos que ainda aguardam a realização de pesquisas mais detalhadas.

Palavras chave: História Agrária. Progresso. Modernização.

Abstract

The aim of this article is to discuss and to present an overview about the Agrarian History in Brazil. This is a relative new area of research, since the production of academic studies in this field dates from the late 1970s. Thus, the main goal will be to make a counterpoint between the historiographical production, the process that characterizes the Brazilian rural world and the perspective of progress that, at different history stages, guided the national politics directed to improve the countryside and the agriculture. In turn, without going into details of the specific content of all the historiography identified with this field, the general intention is to produce a synthesis of themes and propose some questions about the agrarian in Brazil. Therefore, to know the advances and potentialities of this historiography, as well as the subjects that are still waiting for more detailed research.

Keywords: Agrarian History. Progress. Modernization.

Introdução

Neste artigo, busco apresentar um desenho geral do campo da História Agrária no Brasil. São duas questões em específico que orientam o texto: i) elaborar um panorama de alguns assuntos tematizados na historiografia produzida sobre o universo rural brasileiro, e ii) analisar os avanços e lacunas presentes nessa produção tendo como foco a perspectiva da modernização e do progresso. A intenção não é realizar um texto extenso e cansativo do conteúdo e dos objetivos de toda a historiografia, mas apontar e discutir alguns aspectos que considero relevantes em termos da definição e constituição campo. Outra meta é levantar alguns questionamentos sobre a realidade atual do universo agrário brasileiro e dos problemas que lhe dizem respeito. Especialmente no que se refere aos impactos sociais e ambientais dos processos atualmente em curso.

Para dar conta desses objetivos, tomo como referência a obra *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar* de Marshal Berman.¹ A partir das análises elaboradas por este autor, busco apresentar uma determinada leitura sobre os significados da modernidade, da modernização e do progresso no contexto do mundo ocidental. Munido dessas ferramentas, a intenção é estabelecer uma leitura comparativa entre os processos que caracterizam a História do Brasil Rural no seu “fazer-se” cotidiano, contrapondo-os a meta do progresso e do desenvolvimento e dos impactos que a articulação entre esses dois momentos produziram na história escrita sobre o agrário no país. Esta proposição se justifica porque tratar do agro no Brasil, direta e indiretamente, passa também por pensá-lo na sua interface com os projetos que, em diferentes momentos da história, tiveram por propósito “modernizar o campo” e/ou retirá-lo do “atraso” e da “rotina”.

Dessa forma, considero que algumas das análises desenvolvidas por Berman são certas em termos de definir os sentidos e as visões de mundo que caracterizam a modernidade. Na mesma perspectiva, são profícuas para debater e pensar os processos de modernização. Consequentemente, sua leitura crítica a respeito dos problemas e potencialidades da modernidade lança luz sobre muitos dos questionamentos que vivemos atualmente, em particular aqueles que dizem respeito as formas como historicamente os homens vêm se relacionando com o mundo natural, consigo mesmos e com sua reprodução histórica enquanto humanidade.

A tragédia do desenvolvimento e o agrário no Brasil

¹ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

O desafio a ser perseguido ao longo deste artigo será demonstrar que algumas chaves de leitura produzidas por Marshall Berman sobre a modernidade são profícuas para pensar o agrário no Brasil. A princípio a proposta parece não ter muito fundamento devido a distância entre os dois assuntos, mas acredito que a aproximação, além de inusitada, é viável e produtiva. O foco não será estudar a obra de Berman como um todo, mas principalmente suas análises sobre o romance clássico *Fausto* de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). Diante desta delimitação, parece que a distância entre os dois temas ficou ainda maior. Enfim, quais são os nexos possíveis entre a história de um homem que fez um pacto com o demônio (Mefisto) buscando superar os conhecimentos de sua época com a história rural do Brasil? A princípio parece ser nenhuma, mas como veremos, as proximidades são várias e muito instigantes. Por conseguinte, na busca de resolver este problema, inicialmente apresento uma síntese geral das análises desenvolvidas por Berman sobre o Fausto e sua história para, na sequência do texto, amarrá-las aos problemas que dizem respeito ao agrário e a sua história no Brasil.

Ao discutir o Fausto, Berman tem como horizonte de suas análises os significados desse romance em relação a modernidade e sua vinculação com os processos que marcaram a Europa na virada do século XVIII para o XIX. Para realizar e organizar sua narrativa, ele divide o texto do literato alemão em três partes, as quais denomina de as "três metamorfoses de Fausto". A partir dessas fases, sua intenção é proporcionar meios para que seu leitor conheça alguns aspectos da história desenvolvida no romance. Da mesma maneira, fornece condições para conhecer os possíveis vínculos entre a obra e o universo cultural, econômico e social em que foi elaborada, bem como os princípios e visões de mundo característicos da modernidade presentes na história criada por Goethe.

Feita essa apresentação geral, vamos explorar agora alguns detalhes da história, os quais têm relação com o objeto da discussão proposta neste artigo. O ponto de partida é a primeira das metamorfoses, momento em que Berman define Fausto como o *Sonhador*. Esta é a fase em que Goethe apresenta o seu personagem principal como um homem que "vivía só e sonhava". Que aprendeu que tudo o que foi e aquilo que ainda será criado, deve ser destruído "a fim de consolidar o caminho para mais criação". Segundo Berman, esta é a "dialética que o homem moderno deve aprender para viver e seguir caminhando". Além disso, "é a dialética que em pouco tempo envolverá e impelirá a moderna economia, o Estado e a sociedade como um todo".² Em síntese, esta é a dialética da modernidade e também a sua principal contradição. Outra característica dessa fase é a de que a velocidade será o foco da vida de Fausto. Ele descobre que aqueles que quiserem realizar grandes empreendimentos deverão saber se mover para todos os lados e com grande rapidez. Fausto percebe que vive em um mundo em que parar é o mesmo

² BERMAN, Marshall. *Tudo o que...* Op. cit., p. 48.

que tornar-se escravo, em que o que importa é o processo e não necessariamente o resultado, pois nesse contexto ao homem só é possível se afirmar por meio de uma "atividade infatigável".³

Na segunda metamorfose, Berman nos apresenta o Fausto *Amador*, que "entreteceu sua vida na de outra pessoa [Gretchen] e aprendeu a amar".⁴ O principal aprendizado aqui é o de que o "crescimento humano tem custos humanos" e que seu preço é altíssimo. Nesta altura, Fausto se transforma em um novo tipo de pessoa "que se afirma e se conhece, que na verdade se torna ela própria através de uma auto expansão interminável, sem descanso".⁵ Contudo, esse também é um momento de destruição, pois aquela a quem Fausto dedicou seu empenho transformador e seu amor é brutalmente assassinada. Os assassinos, por sua vez, são pessoas que não se dão bem com a mudança que, diferentemente de Fausto e em certo sentido de sua amada, não conseguem se libertar do velho mundo no qual estão presas, não estão dispostas a se abrir para o conhecimento. Elas representam formas de vida, algumas "cruéis e brutais", que a modernização se incumbirá de "varrer da face da terra". Sociabilidades que, mesmo em seu isolamento e repúdio a mudança, não estão salvas ou ficam isentas das transformações que a modernidade põe em curso. Na verdade, para o bem ou para o mal, esta condição as coloca no caminho de processos que não conseguem conter.

Na terceira e última metamorfose, Fausto é o *Fomentador*. Este é o momento que interessa mais diretamente aqui, pois é o estágio em que, movido pelas experiências vividas nas etapas anteriores, Fausto "conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo." Estágio no qual "aprende a construir e a destruir", em que

expande o horizonte de seu ser, da vida privada para a pública, da intimidade para o ativismo, da comunhão para organização. Lança todos os seus poderes contra a natureza e a sociedade; luta para mudar não só a sua vida, mas a vida de todos. Assim encontra meios de agir de maneira efetiva contra o mundo feudal e patriarcal: para construir um ambiente social radicalmente novo, destinado a esvaziar de vez o velho mundo ou a destruí-lo.⁶

Nesta etapa, não há espaço para "sonhos e fantasias, nem sequer teorias", mas sim para "programas completos, planos operacionais para transformar a terra e o oceano". Assim, "de súbito a paisagem à sua volta se metamorfoseia em puro espaço", pois "Fausto pretende mover o próprio mundo".⁷ Ele se transforma em um novo homem, o qual carrega as "mais criativas e algumas das mais destrutivas potencialidades da vida moderna; ele será o consumado destruidor e criador".⁸ Nessa caminhada, nada nem ninguém poderá ser desperdiçado, pois "todas as

³ BERMAN, Marshall. *Tudo o que... Op. cit.*, p. 51.

⁴ *Ibidem*, p. 60.

⁵ *Ibidem*, p. 59.

⁶ *Ibidem*, p. 61.

⁷ *Ibidem*, p. 62.

⁸ *Idem*.

barreiras humanas e naturais caem diante da corrida pela produção e pela construção”.⁹ Trata-se do homem que “põe o mundo em seu passo certo, é um herói moderno arquetípico”, que também é trágico. A tragédia do Fausto *Fomentador* não está inscrita apenas nas potencialidades que ele faz emergir e nos horizontes que descortina. Ela se situa naquilo que ele esconde, mais precisamente nas coisas que precisam ser feitas para que o mundo seja transformado. Em suma, para que a síntese entre pensamento e ação, que tanto encanta Fausto nesta fase, seja realizada. Assim e ironicamente “sua tragédia decorre exatamente de seu desejo de eliminar a tragédia da vida”.¹⁰

A saga do Fausto *Fomentador* demonstra que tudo o que está a seu redor deve ser renovado e que “toda uma nova sociedade é criada à sua imagem”. Contudo, um canto desse mundo renovado permanece incólume, não muda, não entra no ritmo, mantém-se velho. Esse lugar é habitado por Filemo e Báucia, “um velho e simpático casal que aí está há tempo sem conta”. Segundo Berman, este casal é uma primeira “encarnação literária de uma categoria de pessoas de larga repercussão na história moderna: pessoas que estão no caminho – no caminho da história, do progresso, do desenvolvimento; pessoas que são classificadas, e descartadas, como obsoletas”.¹¹

Em um primeiro momento, a relação do *Fomentador* com o casal é um tanto idílica. Ele parece nutrir certa admiração por Filemo e Báucia. Entretanto, na medida em que o espaço ocupado pelo casal se torna importante para o projeto de Fausto, a relação se transforma. O seu interesse é construir uma torre de observação naquele espaço, a qual, seria a coroação de seu trabalho. Lugar de onde ele e os seus poderiam “contemplar a distância até o infinito, soberanos sobre o novo mundo que construíram”. Entretanto, o projeto só poderia ser executado mediante a retirada do casal.

Em consequência, Filemo e Báucia são alçados à condição de entraves ao progresso, pois, mesmo diante das ofertas que recebem para abandonar aquele local, insistem em não as aceitar. Do ponto de vista deles, o que era ofertado (dinheiro e terras situadas em outros lugares) não possuía valor algum. Diante da insistência dos dois em não consentir com suas propostas, Fausto “comete de maneira consciente seu primeiro ato mau. Convoca Mefisto e seus ‘homens fortes’ e ordena-lhes que tirem o casal de velhos do caminho”. A única coisa que interessa a Fausto é que na manhã seguinte o terreno esteja livre. Esse, nos mostra Berman, é “um estilo de maldade caracteristicamente moderno: indireto, impessoal, mediado por complexas organizações e funções institucionais”.¹² Aqui, novamente a literatura nos ajuda a compreender e a conhecer os mecanismos de funcionamento desse complicado sistema: 119 anos depois de ser lançada a

⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo o que...* Op. cit., p. 64.

¹⁰ *Ibidem*, p. 65.

¹¹ *Ibidem*, p. 66.

¹² *Ibidem*, p. 67.

primeira parte do romance de Goethe (1806); em *O Processo* (1925), Franz Kafka dá conta de captar e descrever a dinâmica de operação dessas labirínticas instituições, impessoais e indiretas.¹³

Mefisto, o príncipe das trevas, para cumprir as ordens de Fausto, adota o recurso de executar o casal e incendiar o chalé em que vivia. Porém, quando o *Fomentador* é informado dos meios utilizados para o cumprimento do seu mandato, ele se sente ultrajado, diz não ter ordenado violência “chama Mefisto de monstro e manda-o embora”. Nesse instante, o herói de Goethe percebe algo que vinha fingindo não saber, tanto para si como para os outros: que é impossível criar um mundo novo com as mãos limpas. Fausto ainda não estava “preparado para aceitar a responsabilidade sobre a morte e o sofrimento humano que abrem o caminho”. Aqui, se descortina em todo seu dinamismo o modo como funciona a “tragédia do desenvolvimento”, pois, primeiramente Fausto “firmou contrato com o trabalho sujo do desenvolvimento”, mas tão logo ele é cumprido, condena o executante: “é como se o processo de desenvolvimento, ainda quando transforma a terra vazia num deslumbrante espaço físico e social, recriasse a terra vazia no coração do fomentador.” Característica que preponderou na vida de Fausto na primeira fase, a do *Sonhador*.¹⁴

Além de dinâmico, este acontecimento é profundamente complexo e trágico, pois o assassinato de Filemo e Báucia é também a sentença de morte de Fausto. Desse ponto em diante, não haveria mais mundo a ser transformado à sua imagem e semelhança, portanto, a vida do *Fomentador* perde totalmente o sentido; ele pode morrer. Este também é o momento em que Mefisto atende a determinação de Fausto e “se vai, elegantemente, como cavalheiro que é; porém ri antes de sair”.¹⁵ O riso de Mefisto, entre outras coisas, é motivado pela dificuldade que Fausto tem em reconhecer sua responsabilidade sobre o que havia acontecido. Ingenuamente o *Fomentador* acreditava que o novo mundo que estava ajudando a construir não apenas traria bem a si próprio, mas a todos em quem ele tocava.

Esta é uma síntese rápida de algumas análises desenvolvidas por Marshall Berman sobre os nexos possíveis entre Fausto e a modernidade. Quem acompanhou o texto até aqui deve continuar se perguntando qual a relação desta leitura particular com o campo da História Agrária no Brasil e da produção historiográfica a ele vinculada. Evidentemente que quando Goethe escreveu o Fausto não imaginava que um dia a história que criou seria usada com um propósito tão inusitado. Contudo, como foi destacado, a chave explicativa criada por Berman possibilita a aproximação sugerida.

Neste caminho, o primeiro ponto a ser destacado é o de que o fio condutor da história agrária brasileira, no seu fazer-se cotidiano, é muito semelhante ao desenvolvimento que Goethe

¹³ KAFKA, Franz. *O Processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo o que... Op. cit.*, p. 67.

¹⁵ *Idem*.

dá aos processos que caracterizam a terceira metamorfose vivida por Fausto. Em resumo, é uma história sustentada na ideia e na defesa do progresso, trágica em muitos dos seus desenvolvimentos, atravessada por violências e marcada pelo silenciamento. Uma história que também é definida pela presença, no passado e no presente, de milhares e milhares de Filemos e Báucias, que tiveram suas experiências de vida, suas culturas, suas noções sobre o tempo, sobre o espaço, sobre a propriedade e sobre a vida em si, negadas sob a justificativa de que “estavam no caminho” da realização de algo maior, supostamente mais belo e completo.

Pessoas cuja simples existência e o fato de ocuparem um lugar e uma posição social no mundo, segundo determinados olhares, impedem a construção de torres que permitem aos “agentes do progresso” (atualmente os autodenominados “homens de bem”)¹⁶ a mirarem o horizonte e a verificarem a grandeza daquilo que produziram. Diria Walter Benjamin, uma obra que não passa de um amontoado de escombros que nos empurra até o céu; que deixa o anjo da história de olhos atônitos e todo descabelado.¹⁷

Quanto aos tais “agentes do progresso” – meros construtores de escombros para usar a terminologia benjaminiana –, no geral são pessoas que mobilizam uma visão de mundo em nada “progressista”, especialmente em termos dos costumes e da cultura. Na verdade, realizam uma apropriação deveras particular (em alguns casos bastante rés do chão) da “ideia de Progresso” como historicamente e conceitualmente foi definida.¹⁸ Assim e em muitos casos, o emprego que fazem do termo e a sua autoproclamação como “agentes do progresso” e da “modernização”, oculta o fato de que no cerne de suas ações está a conservação de determinadas estruturas econômicas, sociais e culturais.

¹⁶ Adjetivo muito usado ultimamente e com o qual vêm se identificando alguns grupos sociais e políticos brasileiros. Em sua maior parte, articulados em torno de proposições conservadoras e excludentes sobre determinadas pautas políticas, sociais e indenitárias. Em artigo recentemente publicado no Jornal El País, Jamil Chade produz uma definição sobre o termo que, em linhas gerais, dá conta de sintetizar seus significados contemporâneos: “os ‘homens de bem’ têm declarado de forma explícita: existe uma diferença entre humanos. Ela não é de raça e nem de cor. Não é de religião e nem de status social. Trata-se de uma diferença mais profunda. Uns, segundo esse grupo, têm direito a ter direitos. Os demais? Não são humanos o suficiente para ter o direito a ter direitos. Essa fronteira entre homens de bem e o restante da humanidade é invisível. Como se fosse desenhada sobre a areia, essa linha aparece e desaparece em locais diferentes, conforme a situação exige. Um garoto que rouba uma carteira num ônibus certamente merece um esculacho. Um homem de bem que evade alguns milhões para não pagar impostos merece, obviamente, um advogado”. CHADE, Jamil. Para os “homens de bem” só algumas pessoas têm direito a ter direitos. *El País*. (Site). Publicado em: 16 out. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/16/opinion/1571236452_472905.html. Acesso em: 19 nov. 2019.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 226.

¹⁸ “A ideia de Progresso pode ser definida como a ideia de que o curso das coisas, especialmente da civilização, conta desde o início com um gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, com uma melhora do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direção a um objetivo desejável. A ideia de um universo em perpétuo fluxo não basta, pois, para formar a ideia de Progresso; é necessária também uma finalidade, um objetivo último do movimento. É na concretização deste objetivo na história que se acha a medida do Progresso. É por isso que se fala de ‘fé no Progresso’”. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004, p. 1009-1010.

Dessa maneira, diferentemente do que a raiz do conceito propõe e projeta, não é seu motivo fazer o indivíduo e a sociedade progredirem, superarem a si mesmos e aos limites que os configuram, embora publicamente assim manifestem suas intenções. Entre outras coisas porque sua interpretação do que seja um indivíduo e uma humanidade melhorados tem parâmetros bastante limitados e excludentes. Todavia, tal fenômeno não é coisa contemporânea, pois muitas leituras conservadoras e preconceituosas sobre a sociedade, que tiveram ampla repercussão em diferentes contextos, não deixaram de manejar a “ideia de Progresso” na constituição de seus conteúdos e metas. Por exemplo, as teorias raciais que hegemonizaram as interpretações científicas sobre as relações sociais na virada do século XIX para o XX. Teorias estas que exerceram forte influência na política e, a partir de determinadas apropriações, produziram resultados históricos nefastos ao longo do século passado.¹⁹ Muito diretamente porque postulavam que o progresso da humanidade estava diretamente atrelado ao domínio de uma determinada raça de seres humanos.²⁰

Nessa mesma toada, na outra ponta da análise aqui proposta, quando tomamos como referência a história escrita sobre o universo rural brasileiro, também é possível verificar que até muito recentemente, em seus contornos gerais, a historiografia produzida foi muito influenciada por algumas leituras particulares do que seja o progresso e de quem está apto para realizá-lo. Desse modo, enquanto determinados grupos sociais são apresentados e definidos como agentes do desenvolvimento e da modernização; outros, por motivos diversos, são taxados de vadios, degenerados, indolentes, criminosos, retrógrados e um sem número de outras denominações pejorativas. Apenas para mencionar um exemplo, cito o livro *História Social da Economia Capitalista no Brasil* de Oliveira Vianna, publicado no final da década de 1940. Neste caso, ao tratar dos grupos sociais que habitavam o universo rural brasileiro, o autor divide-os em dois tipos de unidade de produção: i) as “capitalistas” ou “supercapitalistas” que são as fazendas, estâncias, usinas, fábricas e cartéis de produção; e, ii) as “pré-capitalistas de subsistência”, as quais se referem as

vivências econômicas dos nossos ‘jecas’, ‘matutos’, ‘caipiras’, ‘tabarés’, ‘caiçaras’, ‘piraquaras’, ‘seringueiros’, ‘manicobeiros’, ‘vaqueiros’, etc. Neles é patente a imprimidura do meio geográfico, a marca ecológica da região, em que elas se constituem. São elas criações do meio geobotânico principalmente – e não meros ‘transplantes’ culturais – como as das vivências rurais das zonas supercapitalistas: ao contrário das ‘vivências’ instaladas nestas e naquelas, o homem é, ali, em face do meio, um ser passivo, não exercendo sobre ele nenhuma ação e atividade de transformação da paisagem organizando-as, adapta-se ao meio, não o marca, é marcado por ele, é absorvido – é dominado. É justamente o oposto do que ocorre com o grande capitalismo agrário, que procura dominar a natureza, e a retifica

¹⁹ Ver: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Portugal: Edições 70, 2010.

²⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

quase sempre.²¹

Essa perspectiva de que determinados grupos sociais, devido aos mais diferentes motivos (biológicos, geográficos, climáticos, raciais, intelectuais, etc.), não se davam bem com o progresso foi incorporada em muitas leituras sobre o rural e alcançou forte repercussão em diversos momentos da história do Brasil. Talvez a sua maior expressão tenha encontrado lugar na obra de Monteiro Lobato, sendo condensada em um de seus personagens mais conhecidos e comentados, o Jeca Tatu. Homem que, segundo Lobato, “à medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai refugindo em silêncio, [...] de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna”.²² Nessa mesma linha também está a noção de “pioneiro”, a qual foi muito utilizada para tratar da história dos colonizadores europeus que passaram a chegar ao Brasil a partir de meados do século XIX. Segundo os autores que empregaram esse conceito, enquanto os imigrantes teriam a responsabilidade de levar a civilização ao sertão, aqueles grupos que lá já residiam (indígenas, negros, mestiços, etc.), por diferentes motivos, não seriam capazes de dar ao Brasil, especialmente a sua agricultura, o desenvolvimento que ela merecia.²³

Nesse processo, data da década de 1970 a produção das primeiras iniciativas acadêmicas que buscavam rediscutir o mundo rural, bem como problematizar as interpretações até então dominantes sobre o universo agrário, seus habitantes e seus problemas. Segundo Maria Yedda Linhares, nesta década, o Brasil “começou a ostentar uma produção crescente na área da agricultura, na qual estão presentes economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores”.²⁴ A consolidação desse processo, para Linhares, aconteceu em 1976, quando um grupo de pesquisadores vinculados a Fundação Getúlio Vargas, com apoio do Ministério da Agricultura, organizou o seminário “Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira”. Este evento, entre seus motivos e propósitos, almejava “lançar as bases para a elaboração, em etapas sucessivas, de uma história da agricultura brasileira”.²⁵ Proposta altamente inovadora para época,

²¹ VIANNA, Oliveira. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Itatiaia; UFF, 1987, p. 181-182.

²² LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 271-272. Sobre os impactos da produção de Monteiro Lobato e de outros autores sobre a definição de alguns tipos rurais brasileiros, especialmente os caboclos, cf.: SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*, São Leopoldo (RS), v. 18, n. 2, p. 338-351, maio-ago. 2018.

²³ Um dos principais estudiosos a empregar o conceito de “pioneiro” no sentido aqui destacado e para tratar dos processos de colonização com imigrantes no Brasil foi Leo Waibel, ver: WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Nesse sentido, também ganha destaque o livro *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* de Pierre Monbeig. Ver: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

²⁴ LINHARES, Maria Yedda Leite. Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 104-112, abr. 1999, p. 105.

²⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 171.

mas que continua relevante e a espera de sua plena realização. Além disso, um dos importantes resultados que o evento produziu foi proporcionar avanços no sentido de localizar e conhecer diferentes tipos de fontes, principalmente de natureza jurídica, as quais passaram a ser objeto de análises mais detidas a partir de então.

Outro resultado do seminário foi a publicação, em 1976, do texto *A pesquisa em História da Agricultura no Brasil – questões e métodos e fontes*, de autoria de Maria Yedda Leite Linhares.²⁶ Alguns anos depois, em 1981, contando com a colaboração de Francisco Carlos Teixeira da Silva, Linhares republica este material de forma ampliada sob o título *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*.²⁷ Por sua vez, relativamente ao campo de estudos que se convencionou chamar de História Agrária – que em alguns contextos também recebe o nome de História Rural ou de História Social da Agricultura –, a soma dessas diferentes situações e iniciativas definem o momento em que este campo passou a receber contornos mais definidos no país. Logo, sem desconsiderar a importância da produção anterior, trata-se de uma área de pesquisa relativamente nova e que tem muito a descobrir e a contribuir para o conhecimento da História do Brasil.

Hoje, passados quase 40 anos da publicação do livro de Linhares & Silva, a História Agrária no país, como demonstram análises recentes, está bem mais consolidada.²⁸ Contudo, mesmo considerando tais avanços, ainda há um grande caminho a ser percorrido. Pouco progredimos na direção de conhecer o passado e o presente do Brasil profundo e das populações que habitam as regiões interioranas do país. Isso não significa que a produção sobre esse universo seja inexistente, ela é expressiva, basta uma consulta nos sítios eletrônicos dos diferentes Programas de Pós-graduação em História para nos depararmos com a pujança do trabalho realizado. Contudo, como demonstra Márcia Motta, ainda “não há de fato uma história dos conflitos agrários no país e são ainda bastante tímidas as pesquisas nesta direção”. Nesse contexto, um dos problemas que aguarda análises mais detidas é o que diz respeito a questão da propriedade, sobre sua constituição no Brasil e sobre os conflitos que acompanharam esse processo, pois

quando se trata da história agrária no Brasil a maior parte dos trabalhos dos anos 60 aos nossos dias tendeu a se preocupar fundamentalmente com os resultados dos territórios apropriados, e do que neles se produzia, sem quase nada indagar sobre as diversas formas de acesso à terra, de legitimação do direito ao território ocupado

²⁶ LINHARES, Maria Yedda Leite. *A Pesquisa em História da Agricultura no Brasil – questões, métodos e fontes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1976.

²⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

²⁸ Sobre o assunto, ver: MOTTA, Márcia M. M. História Agrária no Brasil: um debate com a historiografia. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 16-18 set. 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/MarciaMenendesMotta.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019; e, MOTTA, Márcia M. M. *O Rural à 'La Gauche': campesinato e latifúndio nas interpretações da esquerda (1955-1996)*. Niterói, RJ: EDUFF, 2014.

e seus múltiplos e complexos desdobramentos.²⁹

Ao considerar esta questão e frente ao conjunto de discussões até agora desenvolvidas, é importante reconhecer o mérito do trabalho realizado pelos pesquisadores da área de História e também pelos Programas de Pós-graduação em História no Brasil. Excelência que se torna ainda maior quando levamos em consideração os poucos recursos a que estes Programas e pesquisadores têm acesso e as dificuldades que enfrentam diariamente para se manterem, as quais se tornaram ainda maiores neste ano de 2019. Trata-se de uma produção de expressiva relevância, mas que é pouco publicizada e conhecida fora dos muros da academia. Além disso, em determinados contextos e em relação a certos temas, ela continua a não receber valor proporcional a sua importância. Ao tratar desse tema, em texto produzido na década de 1990, Maria Yedda Linhares escrevia que em alguns meios acadêmicos há grande resistência “com relação à história regional do Brasil”.³⁰

Infelizmente essa característica não foi completamente superada até os dias de hoje. Fato que pode ser verificado na quase ausência de disciplinas voltadas a tratar da história local e regional em parte significativa das matrizes curriculares dos cursos de Graduação em História no país.³¹ Do mesmo modo, embora a importância da produção de estudos históricos em escala local e regional seja amplamente reconhecida nas discussões contemporâneas sobre a história e seu ensino, principalmente no sentido de romper com a chamada “história tradicional”, a produção de pesquisas acadêmicas sobre o assunto, como algumas pesquisas recentes têm demonstrado, ainda é pequena.³²

Porém, na contramão desse fenômeno, é possível crer que a recente expansão do ensino superior pelo interior do Brasil possa ajudar a reverter o quadro. Tal fenômeno ganhou impulso a partir da segunda metade dos anos 1990, mas, vale lembrar, também foi acompanhado pela transmutação de direitos e conquistas sociais “em serviços, regidos por um intenso processo de mercantilização”.³³ Outrossim, ainda que a afirmação tenha o sentido de uma hipótese a ser testada a partir do desenvolvimento de pesquisas mais apuradas, é possível crer que esse processo venha a contribuir para o crescimento do número de análises sobre o mundo rural.

²⁹ MOTTA, Márcia M. M. História Agrária no Brasil... *Op. cit.*, p. 17.

³⁰ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. *Op. cit.*, p. 170.

³¹ Ver: BIGOTO, Benedito Marcos. O estudo da história regional e da história local nas universidades. *Revista Científica UNAR*, Araras (SP), v. 15, n. 2, p. 155-169, 2017.

³² TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. *Antiteses*, Londrina (PR), v. 3, n. 16, p. 743-758, jul.-dez. 2010.

³³ MANCEBO, Deise; VALE, Andréia Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil (1995-2010). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan.-mar. 2015, p. 31. Sobre o tema, ver, também: ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 351-376, maio-ago. 2014; e, ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. *A Pós-graduação no Brasil: história de uma tradição inventada*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Essa expansão, além de ampliar e distribuir geograficamente o número de vagas para pós-graduação, vem ajudando a promover alguma ruptura com a concentração dos Programas de Pós-graduação e dos Cursos de Graduação em História nos grandes centros e capitais, o que pode dar ensejo a novas pesquisas e desafios. Em consequência, proporcionar condições para o aumento na quantidade de estudos focados na história regional e local que, como escrevia Linhares, é “fundamentalmente vinculada à agropecuária e ao trabalho rural”.³⁴ Da mesma forma, a característica de que alguns Programas de Pós-graduação em História situados fora dos grandes centros, ter como componente de seus objetivos fundantes e estruturais, proporcionar condições para o desenvolvimento de análises sobre os contextos regionais, inclusive daqueles nos quais estão inseridos, é um indicativo importante nesse caminho.³⁵

Entretanto, como foi rapidamente destacado acima, a atual política pública destinada ao ensino superior e ao custeio da pesquisa em História e à outras áreas de conhecimento, poderá frear ou destruir totalmente esse processo. Os recentes problemas vividos em relação ao funcionamento e financiamento das agências de fomento a pesquisa no Brasil (CNPq e CAPES), a veiculação de propostas que sustentam a sua fusão, o cancelamento ou os atrasos no pagamento de bolsas e uma série de outras questões mais têm deixado a comunidade acadêmica brasileira apreensiva sobre o futuro da pesquisa científica no país.³⁶ Outro dado relevante é o de que essas mudanças tem afetado mais diretamente aos Programas de Pós-graduação conceituados com a nota três na avaliação realizada quadrienalmente pela CAPES.³⁷ Programas que, caso o cenário não mude, podem ser inviabilizados nos próximos anos ou só conseguirão se manter mediante o empenho de seus docentes e discentes. Realidade que poderá afetar diretamente a produção de pesquisas sobre a História do Brasil. A situação fica mais preocupante ainda quando levamos em consideração que esta constatação não é válida somente para a Área de História, mas afeta diretamente todos os demais campos do conhecimento.

Por conseguinte, as dificuldades para superar os desafios lançados há mais de 40 anos

³⁴ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. *Op. cit.*, p. 170.

³⁵ Por não ter alcançado sucesso em encontrar dados gerais mais precisos e devido a dificuldade de tempo para realizar tal levantamento, cito como exemplos, ainda que isolados, os Programas de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, este último com área de concentração em “História e Regiões”. Da mesma forma, o PPGH da Universidade de Passo Fundo tem como área de concentração o tema “história, região e fronteiras”, já o PPGH da Universidade do Estado da Bahia identifica-se como Programa de Pós-graduação em História Regional e Local.

³⁶ Orçamento de Bolsonaro para 2020 tira metade dos recursos do MEC para pesquisa. *Folha de São Paulo*. (Site). Publicado em: set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/orcamento-de-bolsonaro-para-2020-tira-metade-dos-recursos-do-mec-para-pesquisa.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2019.

³⁷ Para conhecer detalhes sobre os cursos de Pós-graduação existentes no Brasil, suas notas, distribuição regional e outros dados mais, ver: CAPES. *Resultado da avaliação quadrienal 2017*. Disponível em: <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em: 09 ago. 2019.

atrás quando da realização do seminário “Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira”, em 1976, não desapareceram totalmente. O contrário é verdadeiro, pois em alguns sentidos, elas parecem ter ganhado mais força. Quanto ao campo da História Agrária propriamente dita, em relação a determinados temas as análises avançaram consideravelmente,³⁸ mas relativamente a outros, estamos dando os primeiros passos. Assuntos tais como a história das políticas agrárias na sua interface com a história da agricultura de subsistência e das populações que nela estavam envolvidas continuam pouco conhecidos. Da mesma maneira, pesquisas que tenham como foco os grupos sociais que historicamente foram desconsiderados ou tratados de forma enviesada continuam a espera de desenvolvimentos. Pouco conhecemos do universo, da cultura e da vida dos nossos Filemos e Báucias, suas formas de relação com o espaço e com o meio ambiente, suas concepções diferenciadas de propriedade, os conflitos nos quais se envolveram, sua sociabilidade cotidiana, dentre tantas outras temáticas mais.

Nesse ambiente, mesmo considerando o conjunto das dificuldades apresentadas, é possível perspectivar que as análises sobre o rural no Brasil continuarão vicejando em diferentes contextos. Os avanços realizados desde o final da década de 1970 até os dias de hoje estão a indicar que a História Agrária tem forças para superar a atual conjuntura. Tarefa que tanto mais facilmente será cumprida se levarmos em conta os aprendizados que o passado e o presente nos legaram – desde Goethe até os dias de hoje, talvez até antes dele. Nestes termos, grande é o trabalho a ser executado pelos/as pesquisadores/as do agrário.

Além de fazer pesquisas dispendo de poucos recursos, é necessário encontrar formas para preencher lacunas e contar histórias que foram silenciadas, aprender com os silêncios, perscrutar seus motivos e problematiza-los. Nesse quadro, considero que a tarefa não necessariamente deve ser a de “dar voz ao excluídos”. Muito mais importante é compreender que eles têm voz própria. Da mesma maneira, é preciso estar aberto ao conteúdo e aos significados de suas falas. Em suma, entender que eles foram e são capazes de falar por si sós e que o que têm a dizer e a nos ensinar pode ser muito mais interessante do que a história de evoluções, de avanços e modernizações.

Para ser mais direto, em um contexto de aquecimento global e de destruição do meio ambiente, de esgotamento dos recursos naturais, portanto, de aniquilamento do lugar onde a humanidade se realiza enquanto tal, formas mais equilibradas e sensatas de lidar com o mundo natural devem ser valorizadas e recuperadas. A História Agrária, vale destacar, tem um papel importante na realização dessa empreitada. Portanto, um dos trabalhos que ela precisa assumir para si é o de estudar, desvendar e valorizar os conhecimentos tradicionais, produzidos no dia a

³⁸ Um maior detalhamento analítico sobre tais avanços, seus significados e limitações pode ser encontrado em: MOTTA, Márcia M. M. História Agrária no Brasil... *Op. cit.*

dia pelas ditas “pessoas comuns”. Conhecer “a terra e seus homens”, diria Marc Bloch.³⁹ Em suma, sem deixar de problematizar e, sobretudo, sem fazer julgamentos, conhecer aqueles saberes que não necessariamente tomam a ciência como ponto de partida, pois eles podem ter muito a nos dizer sobre o nosso mundo e sua preservação.

Todavia, para realizar tal tarefa, devemos considerar que diferentemente de Fausto, os fomentadores no Brasil e em outros contextos não são ingênuos. No geral eles não fazem as coisas buscando o bem alheio, embora assim apresentem seus projetos e programas. Um exemplo disso é o de que o mal produzido pela fração agrária da classe dominante brasileira não é banal, pelo contrário, é estruturado, pensado, articulado, planejado. Tanto é que o expediente usado por Mefisto de executar quem está no caminho, de por fogo em sua morada e em seus pertences é um outro grande traço da história agrária brasileira no seu fazer-se.

Exemplos disso são recorrentes na historiografia. Para citar um caso, em suas análises sobre os conflitos que acompanharam o processo de ocupação e privatização das terras que conformam a região de matas do Rio Grande do Sul, durante o período da Primeira República (1889-1925), Marcio Antônio Both da Silva conta a história de um jornaleiro que residia no município de Santo Ângelo. No Processo Crime no qual está envolvido, este homem é identificado como o “preto Antônio Pacheco” que, em 1923, contava com 33 anos de idade e se apresentava como agregado de Silvino Vargas. Quando questionado sobre os motivos pelos quais estava sendo interrogado naquele Processo, Antônio Pacheco relatou que juntamente com sua esposa Diamantina Ramoni, residia em terras que julgava ser de propriedade de Silvino e, obedecendo ordens de “seu patrão”, havia se estabelecido e construído um rancho em uma área que estava em disputa entre Vargas e um indivíduo de nome Procópio Fraga. Em meio a este conflito, Antônio Pacheco viveu situação muito semelhante aquela produzida por Mefisto ao tratar de cumprir as ordens que recebeu de Fausto para resolver o problema que envolvia as terras ocupadas por Filemo e Báucia. Assim, Antônio contou que

numa manhã de fevereiro de 1923, chegou ao seu rancho Procópio Fraga, que ‘lhe perguntou com que ordem o depoente ali morava, tirava madeira dos matos e fizera lavoura’, ao que respondeu que ‘por ordem de seu patrão, Silvino Vargas’. Diante da resposta, Fraga respondeu que os referidos campos não eram de Silvino, mas sim dele. No mesmo dia, pelas quatro horas da tarde, Procópio, ‘acompanhado de seu filho Edgar conhecido como Nenê, Gaudêncio de tal e um tal João Doce, cujo nome verdadeiro o depoente não sabe’ chegaram a seu rancho. Nesse momento, Procópio, de revólver em punho, após perguntar a Antônio se já havia desocupado o rancho, recebendo resposta negativa, apeou de seu cavalo e, seguido por seus companheiros, todos armados de revólver e espada, agrediram Antônio e exigiram que ele desocupasse o rancho imediatamente. Assim, diante a atitude ameaçadora de seus agressores, Antônio ‘não lhes opôs resistência alguma, tendo apenas tirado um colchão e uma lata contendo banha, quando o rancho ia caindo, pois João Doce havia cortado com um machado os respectivos esteios’. Em seguida, o rancho foi incendiado e o ‘depoente ficou no campo com sua amásia Diamantina Ramoni,

³⁹ BLOCH, Marc. *As terras e seus homens*. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP: Edusc, 2001.

sendo mais tarde, às oito horas da noite, recolhidos à casa de seu patrão'.⁴⁰

Eis um exemplo dos métodos historicamente usados no Brasil para garantir livre passagem aos ventos do progresso e do desenvolvimento e que nos mostram também a atualidade do romance de Goethe. Na situação específica vivida por Pacheco o acontecimento toma uma conotação bastante particular, pois, como demonstra Silva, ele ocorreu em um período em que o Rio Grande do Sul vivia uma intensificação do processo de ocupação de suas áreas de fronteira agrária. Fenômeno que colocou frente a frente diferentes grupos sociais (indígenas, caboclos, imigrantes, negros, grandes proprietários, especuladores, agentes do Estado, etc.) e que repercutiu em conflitos e violências sem número.

Além disso, tudo aconteceu em um contexto em que a filosofia política que orientava as pessoas que estavam no comando da administração estadual era o positivismo de Augusto Comte, muito provavelmente um dos principais apologistas da filosofia do progresso. Essa leitura de mundo tinha influência direta junto a Diretoria de Terras e Colonização (DTC), agência que estava sob direção de Carlos Torres Gonçalves, um positivista convicto. Esta diretoria foi responsável por regular os processos de privatização das terras públicas, gerenciou a colonização e o estabelecimento de imigrantes estrangeiros no estado. Consequentemente, a busca e a defesa pelo progresso a todo custo foi a tônica que definiu as ações governamentais, repercutindo na negação e no extermínio de formas de vida, de relação com o espaço e de sociabilidade que eram consideradas avessas ao desenvolvimento. Que eram definidas como expressão da desordem, sendo que, por assim serem, não poderiam superar a condição de arcaísmo em que viviam. Todavia, quando as pessoas que eram enquadradas nessa condição resolviam expressar seu descontentamento, passavam a ser taxadas como gente perigosa, desordeira ou inconveniente. Característica ainda muito presente em determinadas situações e processos sociais que configuram a realidade do Brasil contemporâneo.

Para concluir, um dos últimos destaques que quero fazer em relação ao desenho que rapidamente busquei traçar até aqui é o de que o nosso presente está a nos dizer que uma versão altamente perigosa e perversa dos fomentadores está no comando. Sujeitos que resolveram a contradição mais profunda da modernidade apostando todas as suas fichas na destruição; na produção desenfreada e inconsequente do novo; na fé cega e desmesurada no lucro e na riqueza. Eles estão no controle do timão de uma nau desgovernada chamada Brasil. Demonstra isso os altos índices de destruição ambiental; o inconsequente elogio da violência; a falta de tato e o desrespeito para com tudo aquilo que seja diverso; a desvalorização do conhecimento; a relativização absoluta dos fatos e dos processos; o desmanche da democracia que é feito em nome da defesa escusa da democracia. Fatos que diariamente são noticiados em diferentes mídias e que, de algum modo, estão a nos dizer que Mefisto continua rindo.

⁴⁰ SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Niterói, RJ; Guarapuava, PR: EdUFF; Edunicentro, 2011, p. 255.

Para visualizar os contornos destes processos, basta voltarmos nossa atenção para as atuais discussões e posições adotadas pelo Governo Federal em relação ao problema do meio ambiente. Nelas é possível encontrar, senão todos, a maior parte dos comportamentos citados no parágrafo anterior (negacionismo, desrespeito, violência, etc.). Dessa maneira, a aceleração expressiva nos índices de desmatamento no Brasil, ocorrida no primeiro semestre de 2019, bem como a relativização e a negação das pesquisas que indicam tal aumento, estão a nos alertar sobre os perigos vinculados a perspectiva da defesa do progresso a qualquer custo e para suas catastróficas consequências.⁴¹

Porém, mefisticamente, para firmar o ponto de vista de que o desflorestamento no Brasil é menor do que as análises científicas têm indicado, o Governo Federal tem censurado as agências de pesquisa e de controle do desmatamento, ou simplesmente repreendido as pessoas que estão a sua frente, sob alegação de que elas e o trabalho que realizam é ideologicamente comprometido. Um demonstrativo disso foi a recente demissão do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).⁴² Da mesma forma, a “orientação” de que os órgãos subordinados ao comando do Ministério do Meio Ambiente não atendam as demandas da imprensa, sem antes submeter todas as informações ao Ministério, evidencia parte da extensão do problema.⁴³

Dessa forma, é importantíssimo que as pesquisas vinculadas a Área de História, mais detidamente ainda no campo da História Agrária, demonstrem os limites e os problemas característicos deste tipo de visão de mundo e de sociedade, principalmente no que diz respeito a relação do homem com o mundo natural, com o meio ambiente. Hoje em dia, de forma ainda mais urgente, essa posição precisa ser reafirmada de maneira peremptória. Entre outros fatores, porque o desflorestamento está alcançando índices nunca antes vistos e porque ele é consequência direta da expansão da agricultura, mais diretamente do agronegócio/latifúndio, em direção as áreas florestais.⁴⁴ Nessa mesma linha, mais um motivo relevante é o de que toda esta destruição não é um fenômeno novo, mas que deita raízes profundas na história.

⁴¹ Desmatamento aumenta 24% entre agosto de 2018 e março de 2019. *Imazon*. (Site). Publicado em: ago. 2019. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-aumenta-24-entre-agosto-de-2018-e-marco-de-2019/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

⁴² Demissão do chefe do INPE é alarmante, diz diretor de centro da Nasa. *Folha de São Paulo*. (Site). Publicado em: ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/demissao-de-chefe-do-inpe-e-alarmante-diz-diretor-de-centro-da-nasa.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2019.

⁴³ Ministério do Meio Ambiente impõe lei da mordaca a IBAMA e ICMBio. *Estadão*. (Site). Publicado em: Disponível em: 13 mar. 2019. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-do-meio-ambiente-impoe-lei-da-mordaca-a-ibama-e-icmbio,70002753849>. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁴⁴ Sobre esse tema, ver: SOUZA JR, Carlos; *et al.* Long-Term Annual Surface Water Change in the Brazilian Amazon Biome: Potential Links with Deforestation, Infrastructure Development and Climate Change. *Water*, v. 11, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-4441/11/3/566/htm>. Acesso em: 10 ago. 2019; SILVA, Thamires Olimpia. Impactos ambientais causados pelo agronegócio no Brasil. *Brasil Escola*. (Site). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/impactos-ambientais-causados-pelo-agronegocio-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019; Tackling deforestation and the trade in forest risk commodities: consumer-country measures and the 'legality approach'. *Forest Trends*. (Site). Publicado em: maio 2019. Disponível em: [304](https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/05/Consumer-Legality-</p>
</div>
<div data-bbox=)

Outra característica desse processo é a de que ele historicamente tem sido apresentado como sinônimo do Progresso, o qual também é tratado como expressão do novo, sendo que para construir o “novo”, como demonstra Marshall Berman, invariavelmente é necessário destruir o “velho”. Nessa linha, modos de existência histórica, como aqueles que caracterizavam a vida de Filemo e Báucia, são passíveis de, em algum determinado momento do processo histórico, serem considerados obsoletos, portanto, descartáveis. Nos termos de Berman, tratados como se fossem algo que pode ser “despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.”⁴⁵

Ainda de acordo com o autor, este é um dos paradigmas e também uma das principais contradições da modernidade, bem como o conteúdo mais íntimo dos chamados processos de “modernização”. No que concerne a seus agentes, diferentes experiências históricas têm testemunhado que eles não vêm demonstrando receio em exterminar e silenciar a história daqueles e aquelas que, como enfatizou Berman inspirado por Fausto, se colocaram, se colocam e, em algumas circunstâncias, são colocados no caminho. Em outras palavras: “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.⁴⁶

Enfim, a soma de todos estes fatores e fenômenos, demonstra que o processo descrito por Goethe na virada do século XVIII para o XIX, continua sua saga a todo vapor e o monte de escombros de que tratou Walter Benjamin na década de 1940 não parou de crescer. Pelo que tudo indica, como acontece em toda tragédia, estamos vivendo o ato no qual pode acontecer a destruição ou a loucura de um ou de vários dos seus personagens, seja por seu orgulho ou por sua rebeldia. Todavia, como nos ensinou Goethe e como nos ensina a luta e a resistência cotidiana de milhares e milhares de brasileiros, Filemos e Báucias (Antônios e Diamantinas) do campo e da cidade, não é possível criar um mundo novo sem sujar as mãos. Avante, à rua e à luta!

Brief-FINAL-WEB.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019; IBGE: agricultura é a maior responsável por desmatamento de florestas no país. *UOL*. (Site). Publicado em: 25 set. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2015/09/25/fronteiras-agricolas-sao-maiores-responsaveis-por-desmatamento-diz-ibge.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

⁴⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo o que... Op. cit.*, p. 123.

⁴⁶ *Idem*.

Referências

- ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. *A Pós-graduação no Brasil: história de uma tradição inventada*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).
- ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v 30, n. 2, p. 351-376, maio-ago. 2014.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BIGOTO, Benedito Marcos. O estudo da história regional e da história local nas universidades. *Revista Científica UNAR*, Araras (SP), v. 15, n. 2, p. 155-169, 2017.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.
- KAFKA, Franz. *O Processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 104-112, abr. 1999.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *A Pesquisa em História da Agricultura no Brasil – questões, métodos e fontes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1976.
- LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.
- MANCIBO, Deise; VALE, Andréia Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil (1995-2010). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan.-mar. 2015.
- MOTTA, Márcia M. M. *O Rural à 'La Gauche': camponato e latifúndio nas interpretações da esquerda (1955-1996)*. Niterói, RJ: EdUFF, 2014.

MOTTA, Márcia M. M. História Agrária no Brasil: um debate com a historiografia. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 16-18 set. 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/MarciaMenendesMotta.pdf>. Acesso em 10 ago. 2019.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Niterói, RJ; Guarapuava, PR: EdUFF; Edunicentro, 2011.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*, São Leopoldo (RS), v. 18, n. 2, p. 338-351, maio-ago. 2018.

SOUZA JR, Carlos; et al. *Long-Term Annual Surface Water Change in the Brazilian Amazon Biome: Potential Links with Deforestation, Infrastructure Development and Climate Change*. *Water*, v. 11, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-4441/11/3/566/htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. *Antiteses*, Londrina (PR), v. 3, n. 16, p. 743-758, jul.-dez. 2010.

VIANNA, Oliveira. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Itatiaia; UFF, 1987.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.